

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 469/2024

Processo nº 4329/2024

Encontra-se aberto aviso de dispensa de licitação conforme art. 75 inciso II da Lei 14.133, e Decreto Municipal nº 190 de 07 de junho de 2024, referente a contratação de empresa especializada no fornecimento de varais de chão, para atender as necessidades das unidades básicas, a cargo da Secretaria de Saúde.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas à municipalidade.

A Dispensa se realizará de forma ELETRÔNICA, através portal: www.licita.salto.sp.gov.br, na data de 07 de novembro de 2024.

Prazo de Divulgação do Aviso: das 08hs do dia 01/11/2024 até as 08hs do dia 07/11/2024.

Prazo para esclarecimentos: até as 08hs do dia 06/11/2024.

Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 07/11/2024 das 09hs às 15hs.

O aviso está disponível para consulta e impressão, através dos sítios: www.licita.salto.sp.gov.br e www.salto.sp.gov.br.

Maiores informações, no Setor de Compras – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8529, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: compras@salto.sp.gov.br

Salto, 31 de outubro de 2024.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

Contratação de empresa especializada no fornecimento de varais de chão com abas retráteis, para atender as necessidades das unidades básicas, a cargo da Secretaria de Saúde.

2. Justificativa

Justifica-se a necessidade de aquisição de varais de chão, visando atender as necessidades das unidades básicas de saúde, pois os mesmos, ocupam pouco espaço, são resistentes e práticos em seu manuseio para outros ambientes conforme a necessidade.

3. Especificação

Item	Descrição do item	Quantidade	Medida	Média Valor Unit	Média Valor Total
1	Varal de chão	04	Unidade	R\$ 126,43	R\$ 505,72

4. Detalhamento dos itens

- **Item 01 – Varal de Chão com Abas Retrátéis** - Material da estrutura: tubo de aço; Acabamento: pintura epóxi a pó branca; Peças plásticas em polipropileno; Capacidade aproximada: 25 Kg e 16,2 metros de roupa. Duas abas com 4 varetas cada; Centro com 6 varetas; Dobrável; Tamanho do produto (AxLxP): 89 x 49 x 144 cm; Peso do produto: 2,81 Kg, Medidas do produto aberto até a aba: 0,83 x 1,37 x 0,46-Altura do produto aberto até o quadro: 0,71-Medidas do produto fechado: 1,05 x 0,49 x 0,03.

5. Das obrigações da contratada

A contratada deve garantir a qualidade do material fornecido. Isso inclui a substituição ou reparo dos materiais que apresentem defeitos de fabricação ou não atendam aos padrões de qualidade especificados;

A contratada é responsável por quaisquer danos causados aos materiais durante o transporte ou armazenamento, até o momento da entrega à contratante;

A contratada deve manter o contratante informado sobre o status da entrega, incluindo qualquer atraso previsto, mudança nas especificações ou outras questões relevantes;

O transporte e a descarga dos produtos no local designado, correrá por conta exclusiva da contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

6. Local de entrega

O material deverá ser entregue no Almoxarifado, endereço: Rua Otto Halter, 630 – Distrito Industrial – Salto/SP – CEP 13.329-429

7. Prazo de entrega ou execução

O prazo previsto para entrega do material será de até 7 (sete) dias, a partir da nota de empenho, autorização de fornecimento e recebimento do e-mail.

8. Unidade Solicitante

Secretaria de Saúde

9. Pagamento

O prazo para pagamento do material será de até 30 dias após a emissão da nota fiscal, depois de ser devidamente atestada pela Secretaria da Saúde e recebimento pela Secretaria Municipal de Finanças.

O Contratado emitirá a Nota Fiscal, somente após a liberação da nota de empenho e entrega de todo material.

Estarão inclusos no preço total todas as despesas, tais como impostos e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento obrigações decorrentes desta aquisição.

O pagamento será efetuado mediante transferência ou depósito em conta corrente do Contratado.

Na ocorrência de rejeição da (s) nota (s) fiscal (is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10. Dotação orçamentária

Ficha 229 - 02.08.01.339030.10.301.0014.2.032.01.3100000

11. Gestor/Fiscal e Equipe de Apoio

Felipe A. Báculo – Matrícula 11917 - felipe.saude@salto.sp.gov.br

12. Habilitação

Para a habilitação a empresa deverá apresentar a seguintes documentações (as documentações deverão ser encaminhadas via sistema eletrônico), inseridos via plataforma:

Jurídica conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, nos casos de empresário individual, o enquadramento como MEI ou documento similar, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Fiscal e trabalhista

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- b) Certidão de Regularidade Fiscal – Pessoa Jurídica ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser obtida através do link: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes-e-situacao-fiscal>;
- c) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
- d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

Econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Marcia Vieira Fernandes
Secretária de Saúde